



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE C

CONSELHO DE MINISTROS:

Resolução nº 84/2016 (II Série):

Nomeia, Élida Suzete Ramos Barbosa Monteiro, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretora-geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Agricultura e Ambiente. 1445

CHEFIA DO GOVERNO:

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 1445/2016:

Dando por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Carlos Manuel do Canto Sena Monteiro, no cargo de Conselheiro para Juventude do Primeiro-ministro. 1446

Extracto de despacho nº 1446/2016:

Dando por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Emílio Fernandes Rodrigues, no cargo de Diretor de Gabinete do Primeiro-ministro. 1446

Extracto de despacho nº 1447/2016:

Dando por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço, de Luis António Gomes Alves, no cargo de assessor do Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros. 1446

Retificação nº 157/2016:

Retifica, o comunicado de regresso a efetividade do quadro de Aida Maria Mendes Teixeira de Andrade Vieira, publicada de forma inexacta no *Boletim Oficial* II Série, nº 50, de 13 de outubro de 2016. 1446

Retificação nº 158/2016:

Retifica, o extrato do despacho de nomeação de Edna Cardoso Moreno, publicada de forma inexacta no *Boletim Oficial* II Série, nº 50 de 13 de outubro de 2016, 1446

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Direção Nacional da Administração Pública:

Extracto de despacho nº 1448/2016:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Paulino Luciano Santos, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Porto Novo. 1446

Extracto de despacho nº 1449/2016:

Aposentando, Eduíno Adelino Chantre Lopes, primeiro subchefe da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna. 1447

Extracto de despacho nº 1450/2016:

Aposentando, João de Ramos Brito, fiscal, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Vicente.1447

Extracto de despacho nº 1451/2016:

Aposentando, Joana Sofia Lopes Robalo, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia. 1447

Extracto de despacho nº 1452/2016:

Aposentando, Joaquim Faria de Pina Tavares, agente principal, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna. 1447

Extracto de despacho nº 1453/2016:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Oteldina Araújo Freire Moreira Brito, chefe de secção, do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal. 1447

Extracto de despacho nº 1454/2016:

Aposentando, Aniceto Frederico Gonçalves Tavares, técnico sénior nível II, do quadro de pessoal do Câmara Municipal de São Domingos. 1448

Extracto de despacho nº 1455/2016:

Aposentando, Arlindo de Sousa Furtado, professor do ensino básico assistente nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Educação. 1448

Retificação nº 159/2016:

Retificando o Despacho do Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.º o Ministro das Finanças, respeitante à rectificação da aposentação provisória de João Baptista Pires, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente. 1448

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES:***Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 1456/2016:**

Autorizando o regresso de Ana Margarida Gonçalves Teixeira, que se encontrava na situação de licença sem vencimento de longa duração, e promovendo Maria Cristina Lopes Almeida Fontes Lima, do quadro do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, a técnica especialista nível I, 1448

Extracto de despacho nº 1457/2016:

Nomeia, Lenira Susana Gonçalves Dias, Licenciada e Mestre em Direito, em comissão de serviço para exercer o cargo de assessora Jurídica do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades. 1448

MINISTÉRIO DO DESPORTO:***Gabinete do Ministro:*****Despacho nº 29/2016:**

Delegando na Diretora-geral de Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo (DGPOG), Dra. Maria Alice Lacerda da Costa, a competência para proceder à assinatura dos Contratos-programa com as Federações Desportivas nacionais. 1449

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:***Direcção Nacional da Polícia Judiciária:*****Extracto de despacho nº 1458/2016:**

Dando por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Natal Eugénio Silva Bans de Portela e Prado, do cargo de Director Nacional Adjunto da Polícia Judiciária. 1449

Extracto de despacho nº 1459/2016:

Nomeando, Jacqueline Patrícia de Oliveira Nobre da Costa Sousa Fernandes Semedo, Coordenadora de Investigação Criminal, para em comissão de serviço, exercer o cargo de Director Nacional Adjunto da Polícia Judiciária. 1449

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:***Serviço de Gestão de Recursos Humanos:*****Extracto de despacho nº 1460/2016:**

Dando por finda, por conveniência de serviço, a comissão ordinária de serviço, de Dionísio José dos Santos Firmino, nas funções de Delegado do Ministério da Educação no Concelho da Ribeira Brava “São Nicolau” 1449

Extracto de despacho nº 1461/2016:

Autorizando o regresso ao serviço de Silvino Gomes Teixeira, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho de São Miguel, que se encontrava em situação de licença sem vencimento. 1449

Extracto de despacho nº 1462/2016:

Dando por finda, por conveniência de serviço, a comissão ordinária de serviço, de Samora da Luz Mendes Moreira, professor do ensino secundário, nível II, que vinha exercendo, nas funções de Diretor da Escola Secundária Chão Bom..... 1449

Extracto de despacho nº 1463/2016:

Dando por finda, por conveniência de serviço, o exercício de funções da Comissão de Gestão do Complexo Educativo de Santa Maria – Ilha do Sal e da Escola Secundária da Boa Vista. 1449

Extracto de despacho nº 1464/2016:

Dando por finda, por conveniência de serviço, o exercício de funções da Comissão de Gestão da Escola Secundária Regina Silva..... 1449

Extracto de despacho nº 1465/2016:

Concede e prorrogada licença sem vencimento aos professores a frente indicada..... 1449

Extracto de despacho nº 1466/2016:

Dando por finda a comissão ordinária de serviço, Cesaltina Filomena Silva Ribeiro o destacamento de Ângela Maria de Oliveira Ramos Correia Silva, destacando Arminda Baptista Mota, por urgência conveniência de serviço, para exercer funções de Diretora da Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá, e progride para escalão D, Joana dos Santos Fortes, escriturária dactilógrafa, quadro de pessoal da Escola Industrial e Comercial do Mindelo. 1450

Extracto de despacho nº 1467/2016:

Concede licença sem vencimento aos professores e redução de componente letiva, aos docentes das Escolas Secundárias/Liceus a frente designados. 1450

Extracto de despacho nº 1468/2016:

Reformulando o contrato na categoria de professores do ensino básico de primeira aos professores primário, António da Graça Baia e Dulce de Andrade Barbosa Baía. 1451

Aviso nº 24/2016:

Citando a arguida Maria da Graça Mendes Pereira, monitora especial, da Delegação do ME do Concelho de São Filipe – Ilha do Fogo, para se defender em processo disciplinar que corre os seus termos na Inspeção Geral da Educação, Formação e de Ensino Superior, por presumível abandono de lugar. 1451

Comunicado nº 82/2016:

Comunicando o regresso às funções dos professores que a indica. 1451

Retificações nº 160/2016:

Rectificando, o despacho de S. Ex.ª a Ministra da Educação, referente o fim de destacamento de Emanuel de Jesus Monteiro Fernandes..... 1452

Retificações nº 161/2016:

Rectificando, o extrato referente a reclassificação de José Furtado Brito, publicado no *Boletim Oficial* nº 61, II Série, de 26 de Dezembro de 2013..... 1452

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL:***Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho conjunto nº 1469/2016:**

Requisitando para exercer o cargo de técnico nível I, na Delegacia de Saúde da Praia, João Moeda Gonçalves, pertencente ao corpo especial de condutores, gerido pela Presidência do Concelho de Ministros. 1452

Extracto de despacho nº 1470/2016:

Concedendo licença sem vencimento a Neusa de Pina Mendes, pertencente ao pessoal do quadro do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde de Santa Catarina. 1452

Extracto de despacho nº 1471/2016:

Dando por finda a requisição de Ludmila Ailine Pires Évora, assistente social, técnica nível III, do pessoal do quadro da Chefia do Governo, em serviço na Delegacia de Saúde de São Vicente..... 1452

Extracto de despacho nº 1472/2016:

Concedendo licença sem vencimento a Elisangela Gomes Gonçalves, apoio operacional nível I, pessoal do quadro do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde de São Filipe, ilha do Fogo..... 1452

Extracto de despacho nº 1473/2016:

Concedendo licença sem vencimento para formação a Cesaltina Soares Moniz, medica geral, pessoal do quadro do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital Agostinho Neto. 1452

Extracto de despacho nº 1474/2016:

Concedendo licença sem vencimento para formação a Gilandira Ivanda da Costa Soares, medica geral, pessoal do quadro do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital Agostinho Neto. 1452

Extracto de despacho nº 1475/2016:

Homologando o parecer da Junta de Saúde de Sotavento referente ao Emanuel de Jesus Sapinho Gomes Monteiro, técnico do quadro do pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural. 1452

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 1476/2016:**

Concedendo, licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional, a Ana Paula Spencer de Carvalho Barros, técnico sénior nível III, quadro do Ministério da Agricultura e Ambiente..... 1453

Extracto de despacho nº 1477/2016:

Nomeando, Maria Filomena Semedo Tavares Correia e Silva, pessoal de apoio operacional nível II, do quadro da Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Ambiente, para em comissão ordinária de serviço exercer as funções de secretária do Ministro da Agricultura e Ambiente 1453

Extracto de despacho nº 1478/2016:

Concedendo licença sem vencimento a Sebastião Filipe Alves, pessoal de apoio operacional nível II da Delegação do Fogo do Ministério da Agricultura e Ambiente..... 1453

Extracto de despacho nº 1479/2016:

Dando por finda a comissão ordinária de serviço de Ana Paula Spencer de Carvalho Barros, técnico sénior nível III, nas funções de Directora do Gabinete do Ministro da Agricultura e Ambiente..... 1453

Comunicação nº 83/2016:

Comunica que João Soares Gomes, técnico sénior nível I, quadro deste Ministério que se encontrava em comissão ordinária de serviço na Câmara Municipal do Tarrafal, é dada por finda a referida comissão e apresentado ao serviço no dia 5 de Outubro de 2016. 1453

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL:***Secretaria:*****Extracto de deliberação nº 46/2016:**

Concedendo licença sem vencimento pelo período de 30 (trinta) dias a Maria Augusta Araújo Lopes, ajudante de escrivão, do quadro de pessoal das Secretarias Judiciais, colocada no 3º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia..... 1453

Extracto de deliberação nº 52/2016:

Renovando licença sem vencimento por período de um ano a Joaquina Helena Gonçalves Monteiro, oficial de diligências, do quadro de pessoal das Secretarias Judiciais, colocada no 3º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia..... 1453

Extracto de deliberação nº 62/2016:

Nomeia para o exercício de funções no Tribunal da Relação de Barlavento, os seguintes Juízes Desembargadores, Simão António Alves Santos, Maria das Dores Lima Gomes, Júlio Sanches Afonso, e para o exercício de funções no Tribunal da Relação de Sotavento os seguintes Juízes Desembargadores, Helena Maria Alves Barreto, Zaida Gisela Fonseca Lima da Luz, Rosa Carlota Martins Branco Vicente..... 1453

Extracto de deliberação nº 63/2016:

Coloca nos Tribunais da Relação os oficiais de justiça que indica. 1454

Extracto de deliberação nº 64/2016:

Transfere para a Secretaria Central do mesmo Tribunal, Eneida Assunção Tibúrcio, oficial de diligências, do quadro de pessoal das Secretarias Judiciais, ora colocada no 1º Juízo Crime do Tribunal da Comarca de S. Vicente. 1454

Extracto de deliberação nº 71/2016:

Designando para exercer o cargo em regime de acumulação no Tribunal da Comarca de Ribeira Grande, Adalgisa Miléne Perpétua dos Santos, Juiz de Direito de 3ª classe, colocada no Tribunal da Comarca do Paul. 1454

Despacho nº 05/2016:

Exonera, a seu pedido, Lidiana Elisabeth Martins Tavares, licenciada Economia e Gestão, ora colocada na Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros do Conselho Superior da Magistratura Judicial, do referido cargo. 1454

Despacho nº 06/2016:

Nomeia, Marlene Zoraima Aguiar Barbosa Vicente, licenciada em Direito, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de assessora jurídica do Gabinete de Apoio ao Presidente e aos Membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial..... 1454

Rectificação:

Rectifica o Extracto de Deliberação nº 55/2016, do Conselho Superior da Magistratura Judicial, de 29 de Julho, publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 49, II Série, de 6 de Outubro de 2016. 1454

PARTE D

PARTE E	<p>FUNDAÇÃO CABO-VERDIANA DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:</p> <p><i>Gabinete do Presidente:</i></p> <p>Extracto de despacho nº 1480/2016:</p> <p>Nomeia, Maria José Gomes da Veiga, professora de ensino secundário, para exercer a função de Diretora do Gabinete do Conselho de Administração da Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar.1454</p> <p>INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO:</p> <p><i>Direção dos Recursos Humanos:</i></p> <p>Comunicação nº 84/2016:</p> <p>Comunicando que Adélia de Jesus Mendes Almeida, professora do ensino básico de primeira, do quadro do Ministério da Educação e Desporto, que se encontra requisitada, para exercer funções de técnica nível I, no Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género, regressará ao seu quadro de origem. 1454</p>
PARTE G	<p>MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DO FOGO:</p> <p><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Extracto de despacho nº 1481/2016:</p> <p>Concedendo, licença sem vencimento por período de longa duração ao José Varela da Graça, apoio operacional, nível II, a termo certo na Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo..... 1455</p> <p>Extracto de despacho nº 1482/2016:</p> <p>Concedendo, licença sem vencimento por período de longa duração ao Francisco Marco Gonçalves Lopes, apoio operacional, nível II, do quadro de pessoal desta Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo.1455</p> <p>MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS:</p> <p><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Deliberação n.º 30/CMSD/2016:</p> <p>Nomeando, Isabelita Mendonça Borges, Licenciada em Relações Públicas e Secretariado Executivo, para desempenhar em comissão ordinária de serviço, o cargo de secretaria do Presidente da Camara Municipal. 1455</p>
PARTE I I	<p>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:</p> <p><i>Direcção Nacional da Administração Pública:</i></p> <p>Anúncio de concurso nº /2016:</p> <p>Tornando público o concurso para recrutar 30 (trinta) Agentes de Segurança Prisional nível I com 12º ano de escolaridade para o Ministério da Justiça e Trabalho (MJT). 1455</p>

PARTE C

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 84/2016

de 20 de outubro

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho, repristinado pelo artigo 2.º da Lei n.º 1/IX/2016, de 11 de agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeada Élida Suzete Ramos Barbosa Monteiro, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretora-geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Agricultura e Ambiente.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 2 de novembro de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros de 8 de setembro de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

CHEFIA DO GOVERNO

Direção Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extrato do despacho nº 1445/2016 – De S. Ex^a o Primeiro-Ministro:

De 6 de Outubro de 2016:

Nos termos da alínea *a*) do nº 1 do artigo 8º do Decreto-lei nº49/2014, de 10 de setembro, é dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Carlos Manuel do Canto Sena Monteiro, no cargo de Conselheiro para Juventude do Primeiro-ministro.

O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Extrato do despacho nº 1446/2016 – De S. Ex^a o Primeiro-Ministro:

De 6 de Outubro de 2016:

Nos termos da alínea *a*) do nº 1 do artigo 8º do Decreto-lei nº49/2014, de 10 de setembro, é dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Emílio Fernandes Rodrigues, no cargo de Diretor de Gabinete do Primeiro-ministro.

O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Extrato do despacho nº 1447/2016 – De S. Ex^a o Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministro:

De 17 de outubro de 2016:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço, de Luis António Gomes Alves, no cargo de assessor do Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros, a seu pedido, nos termos da alínea *a*) do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 49, de 10 de setembro de 2014, com efeitos a partir de 16 de outubro de 2016.

Retificação nº 157/2016

Por erro da Administração foi publicada de forma inexata no *Boletim Oficial* II série, nº 50 de 13 de outubro de 2016, o comunicado de regresso a efetividade do quadro de Sra. Aida Maria Mendes Teixeira de Andrade Vieira, pelo que novamente se publica na íntegra o referido comunicado:

Onde se lê:

Comunica-se para os devidos efeitos, Aida Maria Mendes Teixeira de Andrade Vieira, apoio operacional, nível II, do quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Presidência do Conselho de Ministros, que se encontrava de licença sem vencimento de 90 (noventa) dias, retomou a efetividade do quadro.

Deve ler-se:

Comunica-se para os devidos efeitos, Aida Maria Mendes Teixeira de Andrade Vieira, apoio operacional, nível II, do quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Presidência do Conselho de Ministros, que se encontrava de licença sem vencimento de 90 (noventa) dias, retomou a efetividade do quadro com efeitos a partir do dia 24 de setembro de 2016.

Retificação nº 158/2016

Por erro da Administração foi publicada de forma inexata no *Boletim Oficial* II Série, nº 50 de 13 de outubro de 2016, o extrato do despacho de nomeação de Edna Cardoso Moreno, pelo que novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Edna Cardoso Moreno, apoio operacional IV, do quadro de pessoal do Centro Jurídico da Chefia do Governo, é nomeada em comissão de serviço para exercer o cargo de Secretária do Gabinete do Conselheiro de Segurança Nacional do Governo, nos termos do artigo 96º e do número 2 do artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, que dá nova redação do artigo 97º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho, produz efeitos imediatos.

Deve ler-se:

Edna Cardoso Moreno, apoio operacional VI, do quadro de pessoal do Centro Jurídico da Chefia do Governo, é nomeada em comissão de serviço para exercer o cargo de Secretária do Gabinete do Conselheiro de Segurança Nacional do Governo, nos termos do artigo 96º e do número 2 do artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, que dá nova redação do artigo 97º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho, produz efeitos imediatos.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo, na Praia, aos 18 de outubro de 2016. – A Diretora Geral, *Maria Alice Lacerda da Costa*

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção Nacional da Administração Pública

Extracto de despacho n.º 1448/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 16 de junho de 2016:

Paulino Luciano Santos, apoio operacional nível I do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Porto Novo, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do nº 1, do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência aprovado pela Lei nº61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 180.000\$00 (cento e oitenta mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento Geral do Estado 42.348\$00

Por despacho de 2 de outubro de 2014 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 24 anos, 14 meses.

O montante em dívida no valor de 259.620\$00 (duzentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte escudos), poderá ser amortizado em 289 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 420\$00 e as restantes de 900\$00.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Orçamento Municipal..... 137.652\$00

Por despacho de 20.04.2016 do Presidente da Câmara Municipal, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 8 anos e 15 dias.

O montante em dívida no valor de 148.050\$00 (cento e quarenta e oito mil, cinquenta escudos), poderá ser amortizado em 185 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1300\$00 e as restantes de 800\$00.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.07.01.01.01 do Orçamento Municipal vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 7 de outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1449/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 17 de junho de 2016:

Eduíno Adelino Chantre Lopes, primeiro subchefe da Polícia Nacional, referência 5, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna - aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea c) do artigo 70º do Decreto-Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 1.171.884.00 (um milhão cento e setenta e um mil oitocentos e oitenta e quatro escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 20 de julho de 2016).

As despesas têm cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Extracto de despacho n.º 1450/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 17 de junho de 2016:

João de Ramos Brito, fiscal, referência 6, escalão H, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Vicente - aposentado nos termos do nº 1 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 491.532.00 (quatrocentos e noventa e um mil quinhentos e trinta e dois escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É Revisto o despacho do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competências de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Boletim Oficial* nº 52, de 18 de outubro de 2013.

As despesas têm cabimento no Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Extracto de despacho n.º 1451/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 25 de julho de 2016:

Joana Sofia Lopes Robalo, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia - aposentada por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde Sotavento, emitido em sessão de 30 de dezembro de 2015 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 30 de dezembro de 2015, nos termos da alínea a), nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro com direito à pensão provisória anual de 107.208.00 (cento e sete mil duzentos e oito escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 20 anos e 3 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 23 de março de 2016 do Presidente da Câmara Municipal, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 14 anos, 6 meses e 13 dias.

O montante em dívida no valor de 145.986.00 (cento e quarenta e cinco mil novecentos e oitenta e seis escudos), poderá ser amortizado em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 817.00 CVE e as restantes de 811.00 CVE.

A despesa tem cabimento no Código 03.13.30 – Pensão e Aposentação do orçamento vigente da Câmara Municipal da Praia.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 7 de outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1452/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 10 de agosto de 2016:

Joaquim Faria de Pina Tavares, agente principal, referência 3, escalão F, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna - aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea c) do artigo 70º do Decreto-Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 984.936.00 (novecentos e oitenta e quatro mil novecentos e trinta e seis escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 21 de dezembro de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 6 anos, 4 meses e 7 dias.

O montante em dívida no valor de 328.624.00 (trezentos e vinte e oito mil seiscentos e vinte e quatro escudos), poderá ser amortizado em 77 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 988.00 CVE e as restantes de 4,311.00 CVE.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 5 de outubro de 2016).

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Extracto de despacho n.º 1453/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 18 de agosto de 2016:

Oteldina Araújo Freire Moreira Brito, chefe de secção da Câmara, do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal, desligada de serviço para efeitos de aposentação, aposentada por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde Sotavento, emitido em sessão de 17 de março de 2016 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 28 de março de 2016, nos termos da alínea a), nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro com direito à pensão provisória anual de 478.416 (quatrocentos e setenta e oito mil quatrocentos e dezasseis escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 30 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento Municipal do Tarrafal 430.572\$00

Por despacho de 29 de junho de 2016 do Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 67 meses.

O montante em dívida no valor de 181.640\$00 (cento e oitenta e um mil, Seiscentos e quarenta escudos), poderá ser amortizado em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.474\$00 e as restantes de 1.514\$00.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.07.01.01.01 do Orçamento da Câmara Municipal do Tarrafal.

Orçamento Municipal da Praia 47.844\$00

Por despacho de 11 de agosto de 2016 do Presidente da Câmara Municipal da Praia, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 87 meses.

O montante em dívida no valor de 39.150\$00 (trinta e nove mil, cento e cinquenta escudos), poderá ser amortizado em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 356\$00 e as restantes de 326\$00.

A despesa tem cabimento na rubrica 03.13.30 do Orçamento da Câmara Municipal da Praia.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 5 de outubro de 2016).

Extracto de despacho n.º 1454/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 1 de setembro de 2016:

Aniceto Frederico Gonçalves Tavares, técnico sénior nível II do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Domingos, exercendo em comissão de serviço as funções de Director de Ordenamento do Território e Serviços Urbanos, nível IV - aposentado nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 1 416 732.00 (um milhão quatrocentos e dezesseis mil setecentos e trinta e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 22 de setembro de 2010 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 5 anos, 10 meses e 6 dias.

O montante em dívida no valor de 123,150.00 (cento e vinte e três mil cento e cinquenta escudos), poderá ser amortizado em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1,056.00 CVE e as restantes de 1.026.00 CVE.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 7 de outubro de 2016).

A despesa tem cabimento no Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Extracto de despacho n.º 1455/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 5 de Setembro de 2016:

Arlindo de Sousa Furtado, professor do ensino básico assistente nível I, referência 7, escalão B, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5.º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 841.404\$00 (oitocentos e quarenta e um mil quatrocentos e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 8 de Abril de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 13 anos, 4 meses e 1 dias.

O montante em dívida no valor de 227.083\$00 (duzentos e vinte e sete mil e oitenta e três escudos), poderá ser amortizado em 67 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.363\$00 e as restantes de 3.420\$00.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 5 de Outubro de 2016).

Rectificação n.º 159/2016

Por ter sido publicado de forma inexacta na II Série do *Boletim Oficial* n.º 49/2016, de 06 de Outubro, o Despacho do Director Nacional da Administração Pública, por delegação de competência de S. Ex.^a o Ministro das Finanças, respeitante à rectificação da aposentação provisória do Sr. João Baptista, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal do(a) Ministério da Agricultura e Ambiente.

Onde se lê:

João Baptista Pires, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente - aposentado nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 180.000 (cento e oitenta mil escudos), sujeita à rectificação,

calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 12 de maio de 2016 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 28 anos, 8 meses e 29 dias.

O montante em dívida no valor de 310,470.00 (trezentos e dez, quatrocentos e setenta escudos), poderá ser amortizado em 345 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 870.00 CVE e as restantes de 900.00 CVE.

Deve-se ler:

João Baptista, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e Ambiente - aposentado nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 180.000 (cento e oitenta mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Direcção Nacional da Administração Pública, na Praia, aos 17 de Outubro de 2016. – O Director Nacional, *Guevara Virgílio da Cruz*.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho n.º 1456/2016 – De S. Ex.^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades:

De 3 de Agosto de 2016:

Ana Margarida Gonçalves Teixeira, telefonista, referência 2, escalão A, com vínculo de contrato de trabalho por tempo indeterminado, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, que se encontrava na situação de licença sem vencimento de longa duração desde 17 de Março de 2006, autorizado o seu regresso nos termos do disposto no artigo 192.º do Código Laboral.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na rubrica – 02.01.01.03.05 – Reingressos Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão – Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Maria Cristina Lopes Almeida Fontes Lima, técnica sénior de nível III, do quadro de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, promovida a técnica especialista nível I, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 85/III/90, de 6 de outubro e 49.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 59/2014, conjugados com o n.º 7 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

As despesas têm cabimento na rubrica - 02.01.01.03.06 – Promoções – DGPOG - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Extracto de despacho n.º 1457/2016 – De S. Ex.^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades:

De 9 de Setembro de 2016:

Lenira Susana Gonçalves Dias, Licenciada e Mestre em Direito, nomeada em comissão de serviço para exercer o cargo de assessora Jurídica do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, nos termos do artigo 5.º e alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de Setembro, conjugados com os artigos 96.º e 97.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2016.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na rubrica – 02.01.01.01.01 – Pessoal do Quadro Especial – Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, na Praia, aos 19 de Outubro de 2016. – A Directora Geral, *Barbara Lima*

MINISTÉRIO DO DESPORTO

Gabinete do Ministro

Despacho nº 29/2016

de 19 de outubro

Nos termos do artigo 19.º do Decreto-legislativo n.º 2/95, de 20 de junho, o Ministro do Desporto determina o seguinte:

1. É delegada na Diretora-geral de Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo (DGPOG), Dra. Maria Alice Lacerda da Costa, a competência para proceder à assinatura dos Contratos-programa com as Federações Desportivas nacionais, devendo estes ser submetidos posteriormente à homologação do Ministro do Desporto.
2. O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, ficando, por este meio, ratificados todos os atos entretanto praticados pela DGPOG que se incluam nesta delegação de competências.

Gabinete do Ministro do Desporto, na Praia, aos 19 de outubro de 2016. – O Ministro, *Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade*

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E TRABALHO

Direcção Nacional da Polícia Judiciária

Extracto despacho nº 1458/2016 – De S. Exª a Ministra da Justiça e do Trabalho:

De 4 de Outubro de 2016:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Natal Eugénio Silva Bans de Portela e Prado, do cargo de Director Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 29º do Decreto-Legislativo n.º 2/2008, de 18 de Agosto, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2016.

Extracto despacho nº 1459/2016 – De S. Exª a Ministra da Justiça e do Trabalho:

De 4 de Outubro de 2016:

Jacqueline Patrícia de Oliveira Nobre da Costa Sousa Fernandes Semedo, Coordenadora de Investigação Criminal, é nomeada, para em comissão de serviço, exercer o cargo de Director Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, ao abrigo do disposto no nº.1 do artigo 29.º e 31.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2008, de 18 de Agosto, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2016.

Os encargos correspondentes têm dotação orçamental na rubrica 03.01.01.02 – pessoal quadro da Polícia Judiciária.

O Departamento dos Recursos Humanos Financeiro e Patrimonial da Polícia Judiciária, na Praia, aos 7 de Outubro de 2016. – A Directora, *Maria de Fátima de Pina Barros*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Serviço de Gestão de Recursos Humanos

Extracto de despacho nº 1460/2016 – De S. Exª a Ministra da Educação:

De 2 de Junho 2016:

É dada por finda, por conveniência de serviço, a comissão ordinária de serviço, de Dionísio José dos Santos Firmino, professor do ensino básico, nível III, que vinha exercendo, desde Março de 2013, as funções de Delegado do Ministério da Educação no Concelho da Ribeira Brava “São Nicolau”, com efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

Extracto de despacho nº 1461/2016 – De S. Exª a Ministra da Educação:

De 4 Agosto de 2016:

Silvino Gomes Teixeira, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho de São Miguel, na situação de licença sem vencimento, desde 2 de Maio de 2014, ao abrigo n.º 3 do artigo 48º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com remissão aos nºs 3 e 4 do artigo 46º do mesmo Decreto-Lei, autorizado ao regresso ao quadro de origem com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016.

Extracto de despacho nº 1462/2016 – De S. Exª a Ministra da Educação:

De 9 Agosto de 2016:

É dada por finda, por conveniência de serviço, a comissão ordinária de serviço, de Samora da Luz Mendes Moreira, professor do ensino secundário, nível II, que vinha exercendo, desde Maio de 2013, as funções de Diretor da Escola Secundária Chão Bom, ao abrigo do artigo 31º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir da data de publicação.

Extracto de despacho nº 1463/2016 – De S. Exª a Ministra da Educação:

De 11 Agosto de 2016:

É dada por finda, por conveniência de serviço, o exercício de funções da Comissão de Gestão do Complexo Educativo de Santa Maria – Ilha do Sal.

É dada por finda, por conveniência de serviço, o exercício de funções da Comissão de Gestão da Escola Secundária da Boa Vista.

Extracto de despacho nº 1464/2016 – De S. Exª a Ministra da Educação:

De 12 Agosto de 2016:

É dada por finda, por conveniência de serviço, o exercício de funções da Comissão de Gestão da Escola Secundária Regina Silva.

Extracto de despacho nº 1465/2016 – De S. Exª a Ministra da Educação:

De 26 de Setembro de 2016:

António Mendes Antunes, professor do ensino básico assistente, nível I, em exercícios de funções na Delegação do ME do Concelho dos Mosteiros,

concedida licença sem vencimento de curta duração, por um período de 3 (três) meses, ao abrigo dos artigos 46º e 47º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016.

António Estevão Monteiro Teixeira, professor do ensino básico assistente, nível I, em exercício de funções na Delegação do ME do Concelho de São Filipe, concedida licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto Legislativo n.º 69/2015 de 12 de Dezembro.

Oswaldo Waldemar Dias Almada, professor do ensino básico assistente, nível I, em exercício de funções na Escola Secundária Carlos Alberto Gonçalves, concedida licença sem vencimento por um período de 01 (um) ano, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Elisângela Filomena Semedo Varela, professora do ensino secundário, nível I, da Escola Secundário Cónego Jacinto Peregrino da Costa, em licença sem vencimento até 3 (três) anos, desde 1 de Outubro de 2015, prorrogada a referida licença por um período de 1 (um) ano a partir de 1 de Outubro de 2016, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto Legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Paulina Virgínia Ramalho Lopes, professora do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho de São Nicolau, concedida licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Verónica Lima Araújo Vieira Lopes, professora primária, referência 3, escalão C, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho de São Filipe, em licença sem vencimento até 3 (três) anos, desde 1 de Outubro de 2013, autorizada a prorrogação por um período de longa duração com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2016, nos termos dos artigos 50º a 52º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Manuel António de Pina Teixeira, professor de posto escolar, referência 1, escalão B, quadro transitório da Delegação do ME do Concelho de São Filipe, em licença sem vencimento, até três (3) anos desde 1 de Setembro de 2014, prorrogada a referida licença por um período de 1 (um) ano a partir de 1 de Setembro de 2016, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto Legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Eveline Katiza Sena de Almeida, professora do ensino secundário assistente, nível II, quadro de pessoal Escola Secundária Abílio Duarte, em licença sem vencimento até 3 (três) anos, desde 1 de Setembro de 2014, prorrogada a referida licença por um período de 1 (um) ano a partir de 1 de Setembro de 2016, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto Legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Ana Paula de Sena Pereira Lima, professora do ensino secundário, nível III, quadro de pessoal do Liceu Domingos Ramos, em licença sem vencimento até três anos desde 1 de Setembro de 2015, prorrogada a referida licença por um período de 1 (um) ano a partir de 1 de Setembro de 2016, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto Legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Extrato de despacho n.º 1466/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 29 de Setembro de 2016:

É dada por finda, por conveniência de serviço, a comissão ordinária de serviço, de Cesaltina Filomena Silva Ribeiro, que vinha exercendo,

desde Fevereiro de 2012, as funções de Diretora dos Serviços de Acesso ao Ensino Superior, publicado no “*Boletim Oficial* n.º 13 II Série, de 28 de Fevereiro de 2012”, ao abrigo do n.º 4 do artigo 33º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir da data da publicação.

É dada por finda, a seu pedido, o destacamento e conseqüente regresso ao quadro de origem, de Ângela Maria de Oliveira Ramos Correia Silva, professora do ensino secundário assistente, nível II, que vinha exercendo, desde 29 de Setembro de 2011, as funções da Diretora da Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá, com efeitos a partir da data de publicação.

Arminda Baptista Mota, professora do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Regina Silva, destacada, por urgência conveniência de serviço, para exercer funções de Diretora da Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá, nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 4 de Outubro de 2016.

Joana dos Santos Fortes, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão C, quadro de pessoal da Escola Industrial e Comercial do Mindelo, progride para escalão D, nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei n.º 86/92 de 16 de Julho, conjugado com os artigos 3º e 4º do Decreto-Regulamentar n.º 13/93, de 30 de Agosto, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2010.

Extrato de despacho n.º 1467/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 3 Outubro de 2016

Aldina Antonieta Varela Tavares, professora do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Manuel Lopes, concedida licença sem vencimento, por um período de um ano, com efeitos a partir de 01 de Outubro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015 de 12 de Dezembro.

Gilberto Gomes Miranda, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho de São Filipe, na situação de licença sem vencimento até 3 (três) anos, desde 01 de Setembro de 2015, autorizada a prorrogação por um período de longa duração com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016, nos termos dos artigos 50º a 52º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Ladislau José Moreira Santos, professor do ensino secundário assistente, nível II, quadro de pessoal do Liceu Domingos Ramos, na situação de licença sem vencimento até 3 (três) anos, desde 1 de Setembro de 2013, autorizada a prorrogação por um período de longa duração com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016, nos termos dos artigos 50º a 52º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Arlindo Monteiro Lopes da Costa, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Constantino Semedo, concedida licença sem vencimento por um período de longa duração, com efeitos a partir de 14 de Setembro de 2006, nos termos dos artigos 50º e 52º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Roberto Carlos Pina Gomes, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho da Brava, em licença sem vencimento até três anos, desde 15 de Setembro de 2015, prorrogada a referida licença por um período de 1 (um) ano a partir de 15 de Setembro de 2016, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Emanuel Mendes Monteiro, professor do ensino secundário assistente, nível II, quadro de pessoal da Escola Secundária Eugénio Tavares, em licença sem vencimento até três anos, desde 15 de Setembro de 2015, prorrogada a referida licença por um período de 2 (dois) anos a partir de 1 de Setembro de 2016, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

João Pires Gomes, professor primário, referência 3, escalão A, em exercício de funções na Delegação do ME do Concelho da Brava, concedida licença sem vencimento por um período de 01 (um) ano, com efeitos a partir de 15 de Março de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Maria Goreth Pina Ribeiro Pina, professora do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do MED do Concelho dos Mosteiros, concedida licença sem vencimento por um período indeterminado, ao abrigo do artigo 79º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016.

Jandira Helena Lopes Gonçalves, professora do ensino secundário, nível I, em exercício de funções na Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva, concedida licença sem vencimento por um período de 03 (três) anos, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

José Luís Correia Semedo, professor do ensino básico assistente, nível I, em exercícios de funções na Delegação do ME do Concelho da Praia, concedida licença sem vencimento de curta duração, por um período de 3 (três) meses, ao abrigo dos artigos 46º e 47º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016.

Maria da Luz Brandão Carvalho Tavares, professora primária, referência 3, escalão D, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho de São Filipe, em licença sem vencimento até três anos, desde 1 de Setembro de 2015, prorrogada a referida licença por um período de 1 (um) ano a partir de 1 de Setembro de 2016, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Adalberto Elder Pires Pina, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do MED do Concelho dos Mosteiros, concedida licença sem vencimento por um período indeterminado, ao abrigo do artigo 79º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016.

Paula Cristina Barbosa Barros do Canto, professor do ensino básico assistente, nível I, da Delegação do ME do Concelho da Praia, na situação de licença sem vencimento até 3 (três) anos, desde 1 de Setembro de 2013, prorrogada a referida licença por um período de longa duração com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016, nos termos dos artigos 50º a 52º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Margarete do Céu Fortes Évora, professora do ensino básico assistente, nível I, em exercício de funções na Delegação do ME do Concelho do Sal, concedida licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 13 de Setembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Sónia dos Reis Magalhães, professora do ensino secundário assistente, nível II, quadro de pessoal do Liceu Amílcar Cabral, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 1 de Novembro de 2011, prorrogada a referida licença por um período indeterminado, ao abrigo do artigo 79º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2016.

Sandro Ivanildo Borges de Carvalho, professor do ensino secundário assistente, nível I, quadro de Pessoal do Liceu Domingos Ramos, em licença sem vencimento até três anos, desde 1 de Setembro de 2015, prorrogada a referida licença por um período de 1 (um) ano a partir de 1 de Setembro de 2016, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010 de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Nos termos do n.º 1 do artigo 50º do Decreto-Lei nº 69/2015 de 12 de Dezembro, é concedida a Redução de Componente Letiva, aos docentes das Escolas Secundárias/Liceus a seguir designados:

Nº	Nome	Categoria	Escola Secundária/Liceu	T. Serviço	Redução
1	Francisco Romero Simón	PES Nível III	Escola Secundária Cesaltina Ramos	16 anos	2 Horas
2	César Augusto da Conceição Lopes Ribeiro	PES Nível I	Escola Secundária José Augusto Pinto	20 anos	4 horas
3	Gilberto Furtado Vieira	PES Nível III	Escola Secundária do Tarrafal	30 anos	8 horas
4	Pedro Nascimento Monteiro Rodrigues	PES Nível II	Liceu Ludgero Lima	25 anos	6 horas
5	Alexandrino José dos Santos	PES Nível I	Escola Salesiana de Artes e Ofícios	21 anos	4 horas

Extrato de despacho nº 1468/2016 – De S. Ex^a a ex-Secretária de Estado Adjunto do Ministério da Educação, Ciência, Juventude e Desporto:

De 4 de Janeiro de 2001:

António da Graça Baia, professor primário, referência 3, escalão A, em exercício de funções na Delegação do MECJD, do Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão, reformulado o contrato na categoria de professor do ensino básico de primeira, referência 7, Escalão A, na sequência de aquisição de novas habilitações, curso de formação de professores do ensino básico, nos termos do artigo 20º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com alínea b) do n.º 2 do citado diploma legal.

Dulce de Andrade Barbosa Baía, professora primário, referência 3, escalão A, em exercício de funções na Delegação do MECJD, do Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão, reformulado o contrato na categoria de professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, na sequência de aquisição de novas habilitações, curso de formação de professores do ensino básico, nos termos do artigo 20º do Decreto – Legislativo n.º 7/98 de 28 de Dezembro, conjugado com alínea b) do n.º 2 do citado diploma legal.

Aviso nº 24/2016

Nos termos do artigo 63º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública (Decreto-Legislativo n.º 8/97, de 8 de Maio), é citada a arguida Maria da Graça Mendes Pereira, monitora especial, referência 5, escalão C, da Delegação do ME do Concelho de São Filipe – Ilha do Fogo, ausente em parte incerta, de que tem um prazo de trinta (30) dias contados a partir do oitavo dia posterior à data de publicação deste aviso para se defender em processo disciplinar que corre os seus termos na Inspeção Geral da Educação, Formação e de Ensino Superior, por presumível abandono de lugar.

A Instrutora: *Maria Madalena Monteiro Silva*

Comunicado nº 82/2016

Comunica-se que foi dada por finda a comissão de serviço de Inácio Gomes Borges, professor do ensino secundário, nível I, Vereador Profissionalizado a Tempo Inteiro da Câmara Municipal de Tarrafal de Santiago e conseqüente regresso às funções a partir de 1 de Outubro do ano em curso.

Comunica-se que foi dada por finda a comissão de serviço de Luís Joaquim Gonçalves Pires, professor do ensino secundário, nível III, enquanto Presidente da Câmara Municipal de São Filipe e conseqüente regresso às funções a partir de 01 de Outubro do ano em curso.

Comunica-se que foi dada por finda a comissão de serviço de Ildo Albertino Varela, professor do ensino secundário, nível II, enquanto Vereador Profissionalizado a Tempo Inteiro na Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos e conseqüente regresso às funções a partir de 1 de Setembro do ano em curso.

Comunica-se que foi dada por finda a comissão de serviço do Sr. Joaquim da Graça Correia Almeida, professor do ensino básico assistente, nível I, enquanto Secretário da Mesa da Assembleia na Camara Municipal de São Salvador do Mundo e conseqüente regresso às funções a partir de 01 de Setembro do ano em curso.

Por decisão da Junta de Saúde de Sotavento, Filinto Barros Furtado, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho da Praia, se encontra definitivamente incapacitado para o exercício da atividade profissional.

Comunica-se que Elizabetha Pires Gomes, apoio operacional, da Delegação do ME do Concelho da Brava, que se encontrava de licença sem vencimento de curta duração desde 1 de Abril de 2016, retomou às suas funções a partir do início do ano letivo.

Retificações nº 160/2016

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 49, II Série, de 6 de Outubro de 2016, o despacho de S. Ex.^a a Ministra da Educação, de 19 de Setembro de 2016, referente o fim de destacamento de Emanuel de Jesus Monteiro Fernandes, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação...

Deve ler-se:

...Serviço de Gestão Financeiro e Patrimonial....

Retificações nº 161/2016

Por ter sido retificado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 61, II Série, de 26 de Dezembro de 2013, o extrato referente a reclassificação de José Furtado Brito, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão C...

Deve ler-se:

...professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão D...

Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Educação, na Praia, aos 13 de Outubro de 2016. – A Directora, *Alcídia Elisângela Dias de Almeida*

—oço—

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho conjunto nº 1469/2016 – De S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social e S. Ex.^a o Ministro de Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro da Desporto:

De 6 de Outubro de 2016:

João Moeda Gonçalves, pertencente ao corpo especial de condutores, gerido pela Presidência do concelho de Ministros, licenciado em Análises Clínicas e Saúde Pública, é requisitado para exercer o cargo de técnico nível I, na Delegacia de Saúde da Praia, ao abrigo do disposto do artigo 42º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, conjugado com o artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extracto de despacho nº 1470/2016 – De S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 5 de Outubro de 2016:

Neusa de Pina Mendes, técnica auxiliar de farmácia, pertence ao pessoal do quadro do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde de Santa Catarina, concedida licença sem vencimento até 3 anos, ao abrigo do disposto nº 1 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 1 de Agosto de 2016.

Extracto de despacho nº 1471/2016 – De S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 13 de Outubro de 2016:

Ludmila Ailine Pires Évora, assistente social, técnica nível III, do pessoal do quadro da Chefia do Governo, em serviço na Delegacia de Saúde de São Vicente, em regime de requisição, é dada por finda a referida requisição, ao abrigo do disposto no artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir do dia 31 de Outubro de 2016.

Extracto de despacho nº 1472/2016 – De S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 13 de Outubro de 2016:

Elisângela Gomes Gonçalves, apoio operacional nível I, pessoal do quadro do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde de São Filipe, ilha do Fogo, concedida licença sem vencimento de 1 (um) ano, ao abrigo do disposto do nº1 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 27 de Setembro de 2016.

Extracto de despacho nº 1473/2016 – De S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 13 de Outubro de 2016:

Cesaltina Soares Moniz, médica geral, escalão IV índice 100, pessoal do quadro do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital Agostinho Neto, concedida licença sem vencimento para formação, ao abrigo do disposto do artigo 65º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 1 de Novembro de 2016.

Extracto de despacho nº 1474/2016 – De S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 13 de Outubro de 2016:

Gilandra Ivanda da Costa Soares, médica geral, escalão IV índice 100, pessoal do quadro do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital Agostinho Neto, concedida licença sem vencimento para formação, ao abrigo do disposto do artigo 65º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 1 de Novembro de 2016.

Extracto de despacho nº 1475/2016 – Do Director Nacional da Saúde, substituto, por delegação de S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 18 de Maio de 2016:

Emanuel de Jesus Sapinho Gomes Monteiro, técnico do quadro do pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural – homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 12 de Maio de 2016, que é do seguinte teor:

«Que o Examinado se encontra definitivamente incapacitado para o exercício de actividade profissional».

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, na Praia, aos 17 de Outubro de 2016. – A Directora Geral, *Serafina Alves*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E AMBIENTE

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extracto de despacho conjunto nº 1476/2016 – De S. Ex.^a o Ministro da Agricultura e Ambiente e S. Ex.^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades:

De 6 de Outubro de 2016:

Ana Paula Spencer de Carvalho Barros, técnico sénior nível III, quadro do Ministério da Agricultura e Ambiente, concedida, nos termos dos artigos nºs 61.º e 63.º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional, com efeitos a partir de 11 de Outubro de 2016.

Extracto de despacho nº 1477/2016 – De S. Ex.^a o Ministro da Agricultura e Ambiente:

De 16 de agosto de 2016:

Maria Filomena Semedo Tavares Correia e Silva, pessoal de apoio operacional nível II, do quadro da Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Ambiente, nomeada nos termos do artigo 5.º e alínea i) do nº 1 do artigo 6.º do Decreto Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, conjugado com o numero 2 do artigo 3.º da Lei nº 1/IX/2016, de 11 de Agosto, para em comissão ordinária de serviço exercer as funções de secretária do Ministro da Agricultura e Ambiente, com efeitos a partir de 12 de Agosto de 2016.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.01. – Pessoal do Quadro Especial - no Gabinete do Ministro da Agricultura e Ambiente.

Extracto de despacho nº 1478/2016 – De S. Ex.^a o Ministro da Agricultura e Ambiente:

De 6 de Outubro de 2016:

Sebastião Filipe Alves, pessoal de apoio operacional nível II da Delegação do Fogo do Ministério da Agricultura e Ambiente, concedida, nos termos do artigo 48.º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, licença sem vencimento por um período de 3 (três) anos, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2016.

Extracto de despacho nº 1479/2016 – De S. Ex.^a o Ministro da Agricultura e Ambiente:

De 10 de Outubro de 2016:

Ana Paula Spencer de Carvalho Barros, técnico sénior nível III, quadro definitivo deste Ministério, desempenhando, em comissão ordinária de serviço as funções de Directora do Gabinete do Ministro da Agricultura e Ambiente, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, a seu pedido, é dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 11 de Outubro de 2016.

Comunicação nº 83/2016

Para os devidos efeitos se comunica que João Soares Gomes, técnico sénior nível I, quadro deste Ministério que se encontrava em comissão ordinária de serviço na Câmara Municipal do Tarrafal, é dada por finda a referida comissão e apresentado ao serviço no dia 5 de Outubro de 2016.

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeira e Patrimonial do Ministério da Agricultura e Ambiente, na Praia, aos 18 de Outubro de 2016. – A Directora de Serviço, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*.

PARTE D

CONSELHO SUPERIOR
DA MAGISTRATURA JUDICIAL

Secretaria

Extracto da Deliberação nº 46/2016 – Do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 24 de Junho de 2016:

Maria Augusta Araújo Lopes, ajudante de escrivão, referência 2, escalão B, do quadro de pessoal das Secretarias Judiciais, colocada no 3.º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, concedida licença sem vencimento pelo período de 30 (trinta) dias, nos termos dos artigos 45.º nº 1 alínea a) e 48.º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, aplicáveis por força do disposto no artigo 78.º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 13 de Fevereiro, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016.

Está conforme

Extracto da Deliberação nº 52/2016 – Do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 29 de Junho de 2016:

Joaquina Helena Gonçalves Monteiro, oficial de diligências, referência 1, escalão B, do quadro de pessoal das Secretarias Judiciais, colocada no 3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia, na situação de licença sem vencimento pelo período de um ano, renovada a referida licença por igual período, nos termos do preceituado nos arts.º 45.º

nº 1 alínea b) e 48.º todos do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, aplicáveis por força do disposto no artigo 78.º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 13 de Fevereiro, com efeitos a partir de 12 de Outubro de 2016.

Está conforme

Extracto da Deliberação nº 62/2016 – Do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 30 de Setembro de 2016:

No uso das competências que lhe são conferidas pela alínea a) do artigo. 29.º da Lei nº 90/VII/2011, de 14 de Fevereiro;

Ao abrigo do disposto no artigo 15.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei nº 1/VIII/2011, de 20 de Junho;

São nomeados para o exercício de funções no Tribunal da Relação de Barlavento, os seguintes Juizes Desembargadores:

Simão António Alves Santos;

Maria das Dores Lima Gomes;

Júlio Sanches Afonso.

São nomeados para o exercício de funções no Tribunal da Relação de Sotavento os seguintes Juizes Desembargadores:

Helena Maria Alves Barreto;

Zaida Gisela Fonseca Lima da Luz;

Rosa Carlota Martins Branco Vicente.

Ass. *Maria Teresa Évora Barros* - Presidente

Está conforme

Extracto da Deliberação nº 63/2016 – Do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 30 de Setembro de 2016:

No uso das competências conferidas pela al. f) do artº 29 da Lei nº 90/VII/2011, de 14 de Fevereiro, delibera o Conselho Superior da Magistratura Judicial colocar nos Tribunais da Relação os seguintes oficiais de justiça:

· **Tribunal da Relação de Barlavento:**

- Antónia Spencer A. Santos – escritã de direito, ora colocada no 2º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de São Vicente. É ainda nomeada para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de Secretária Judicial;
- Raquel Margarida Monteiro – escritã de direito, ora colocada no 1º Juízo Cível do Tribunal de São Vicente; e
- Luizandro Abreu dos Reis – oficial de diligências, ora colocado no 2º Juízo Crime do Tribunal da Comarca de São Vicente.

· **Tribunal da Relação de Sotavento:**

- Maria da Cruz Moura Silva Moreira - secretária judicial, ora colocada no Tribunal da Comarca de São Domingos;
- Lucídio Gomes de Oliveira, escrivão de direito, ora colocado no Juízo Crime do Tribunal da Comarca de Santa Catarina; e
- Nídia de Paula Santos – oficial de diligências, ora colocada na Secretaria Central do Tribunal de São Vicente.

Está conforme

Extracto da Deliberação nº 64/2016 – Do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 30 de Setembro de 2016:

Eneida Assunção Tibúrcio, oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro de pessoal das Secretarias Judiciais, ora colocada no 1º Juízo Crime do Tribunal da Comarca de S. Vicente, transferida para a Secretaria Central do mesmo Tribunal, com efeitos a partir da data da instalação do Tribunal da Relação de Barlavento.

Está conforme

Extracto da Deliberação nº 71/2016 – Do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 30 de Setembro de 2016:

Adalgisa Miléne Perpétua dos Santos, Juiz de Direito de 3ª classe, colocada no Tribunal da Comarca do Paul, designada para exercer o cargo em regime de acumulação no Tribunal da Comarca de Ribeira Grande, ao abrigo do disposto no art. 50º n.ºs 1 e 2 da Lei nº 88/VII/2011, de 14 de Fevereiro, ficando-lhe afetados todos os processos cíveis pendentes que deram entrada até 31 de Dezembro de 2015, à exceção dos respeitantes à jurisdição de Família e Menores.

Publique-se

Ass.) *Maria Teresa Évora Barros* - Presidente

Está conforme.

Despacho nº 05/2016 – De S. Ex.ª o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 27 de Setembro de 2016:

Lidiana Elisabeth Martins Tavares, licenciada Economia e Gestão, ora colocada na Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros do Conselho Superior da Magistratura Judicial, exonerada, a seu pedido, do referido cargo.

Ass. *Maria Teresa Évora Barros* – Presidente

Despacho nº 06/2016 – De S. Ex.ª o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 3 de Outubro de 2016:

Marlene Zoraima Aguiar Barbosa Vicente, licenciada em Direito, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de assessora jurídica do Gabinete de Apoio ao Presidente e aos Membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nos termos conjugados dos artigos 54º n.º 2 da Lei nº 90/VII/2011, de 14 de Fevereiro e 14º alínea b) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir da data deste despacho.

Esta despesa tem cabimento na verba inscrita na rubrica Pessoal do Quadro Especial do Orçamento do Conselho Superior da Magistratura Judicial, e está isento do visto do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 54º n.º3 da Lei nº 90/VII/2011, de 14 de Fevereiro, conjugado com o n.º3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho.

Está conforme

Rectificação

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 49, II Série, de 6 de Outubro de 2016, o Extracto de Deliberação nº 55/2016, do Conselho Superior da Magistratura Judicial, de 29 de Julho, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

José Maria de Pina, Escrivão de Direito, referência 2, escalão C, do quadro de pessoal das Secretarias Judiciais, ora colocado no Tribunal da Comarca da Boa Vista, transferido por conveniência de serviço, para o Tribunal da Comarca do Tarrafal, com efeitos a partir de 1 de Outubro.

Deve ler-se:

José Maria de Pina, Ajudante de Escrivão, referência 2, escalão B, do quadro de pessoal das Secretarias Judiciais, ora colocado no Tribunal da Comarca do Tarrafal, transferido a pedido, para o Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Catarina, com efeitos a partir de 1 de Outubro.

Está conforme

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura, aos 17 dias de Outubro de 2016. – O Secretário, *Joaquim Semedo*

PARTE E

FUNDAÇÃO CABO-VERDIANA DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Gabinete do Presidente

Extracto de despacho nº 1480/2016 – De S. Ex.ª o Presidente de Conselho de Administração da FICASE:

De 10 de outubro de 2016

É nomeada, nos termos da alínea i) do nº 1 do artigo 17º do Estatuto da Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar, aprovado pelo Decreto-Regulamentar nº 2/2010, de 14 de junho, Maria José Gomes da Veiga, professora de ensino secundário, referência 8, escalão A, em regime de destacamento na FICASE, para exercer a função de Diretora do Gabinete do Conselho de Administração da Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar, com efeitos desde 14 de setembro de 2012.

Gabinete do Presidente do Conselho de Administração, aos 10 de outubro de 2016. – O Presidente, *Felisberto Moreira*.

INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO

Direção dos Recursos Humanos

Comunicação nº 84/2016

Comunica-se que Adélia de Jesus Mendes Almeida, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, do quadro do Ministério da Educação e Desporto, que se encontra requisitada, no âmbito do artigo 8 ponto, do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, para exercer funções de Técnica nível I, no Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género, regressará ao seu quadro de origem, com efeito a partir de 1 Novembro de 2016.

Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género, na Praia, ao 17 de Outubro 2016 – Direção dos Recursos Humanos, *Vera Lúcia Teixeira*

PARTE G**MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA
DO FOGO****Câmara Municipal****Extracto de despacho nº 1481/2016** – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo:

De 3 de Outubro de 2016:

É concedida, nos termos conjugados do nº 1 artigo 192º, do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 8 de Março, é concedida licença sem vencimento por período de longa duração (5 anos), ao José Varela da Graça, apoio operacional, nível II, a termo certo nesta Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo, com efeitos a partir de 17 de Outubro de 2016.

Extracto de despacho nº 1482/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo:

De 6 de Outubro de 2016:

É concedida licença sem vencimento de longa duração (5 anos) para formação nos termos dos artigos 45º, nº 1, alínea g) e 65º e seguintes

do Decreto-lei nº 3/2010, de 8 de Março, ao Francisco Marco Gonçalves Lopes, apoio operacional, nível II, do quadro de pessoal desta Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo, com efeitos a partir de 29 de Novembro de 2016”.

Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo, aos 10 de Outubro de 2016. – O Secretário Municipal, *João Fernandes Fontes*

—oço—

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS**Câmara Municipal****Deliberação n.º 30/CMSD/2016**

A Câmara Municipal de São Domingos, reunida em sessão ordinária do dia 30 de Setembro de 2016, deliberou no âmbito das competências conferidas pela Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, o seguinte:

Nomear ao abrigo das disposições normativas contidas no artigo 108º, n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho (Estatuto dos Municípios) e artigo 4º e 5º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro (Estatuto do Pessoal do Quadro Especial) a Dr.ª Isabelita Mendonça Borges, Licenciada em Relações Públicas e Secretariado Executivo, para desempenhar em comissão ordinária de serviço, o cargo de secretaria do Presidente da Câmara Municipal.

Câmara Municipal de São Domingos, aos 1 de Outubro de 2016. – O Presidente, *Clemente Delgado Garcia*

PARTE I 1**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS****Direcção Nacional da Administração Pública****Anúncio de concurso nº 28/2016****Regulamento do Concurso****Recrutamento para a Administração Pública**

A Administração Pública pretende recrutar 30 (trinta) Agentes de Segurança Prisional Nível I com 12º ano de escolaridade para o Ministério da Justiça e do Trabalho (MJT).

O presente concurso de recrutamento é coordenado pela Direcção Nacional da Administração Pública (DNAP), de acordo com os normativos de Recrutamento Centralizado, Decreto-Lei nº 38/2015, de 29 de julho, art.º 10º da Lei nº 2/IX/2016, de 11 de agosto, conjugado com o art.º 49º da Lei nº 42/VII/2009, art.º 20º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro e Decreto-Lei nº 61/2014, de 5 novembro e pela portaria nº 1/2016, conforme se apresenta abaixo:

Formação Académica	Categoria / Função	Nº de Vagas	Instituição	Tipo de Vínculo	Remuneração	Quotas para Pessoas com Deficiências
12º Ano de Escolaridade	Agente de Segurança Prisional Nível I	30 (18) Homens (12) Mulheres	MJ	Nomeação	Base: 40.000\$00 Suplemento remuneratório Subsídio de Risco 9.414\$00 Subsídio Turno 6. 276\$00	Preferência legal em caso de empate

O prazo da candidatura é de 20 dias a contar do dia da publicação do referido concurso no *Boletim Oficial*.

Qualquer informação a respeito do processo seletivo poderá ser obtida pelos telefones 2607400 (PBX-DNAP), através do endereço eletrónico concursos.publicos@gov2.gov.cv

O regulamento do concurso se encontra no site da DNAP: www.dgap.gov.cv

O Diretor Nacional, *Guevara da Cruz*



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto de publicação sociedade n° 379/2016:

Certifica a alteração do pacto social da sociedade “JAM INTERNATIONALE – Import & Export, Sociedade Unipessoal Limitada”222

Extracto de publicação sociedade n° 380/2016:

Certifica, que nesta Conservatória e Cartório, foram efectuadas as alterações à matrícula da sociedade Comercial “ARK IDEA ATELIER, LDA”222

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO****Direcção-Geral dos Registos, Notariado
e Identificação****Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel
de São Vicente****Extracto de publicação de sociedade nº 379/2016:****CERTIFICA**

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrições em vigor nº 266722865/222862030208 – “JAM – Internationale - Import & Export, Sociedade Unipessoal Lda.”
- c) Que foi requerida sob a apresentação nº 02 do diário do dia 26 de Setembro do corrente, por Alain Silva;
- d) Que ocupa folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposta o selo branco em uso nesta Conservatória.

Validade: 27/09/2017 – Artº 129º, nº2 – Dec-Lei nº 10/2010, de 29 de Março – I Serie B.O. nº 20, de 24 de Maio.

(Dec-Lei nº 70/2009, de 30/12/2009-3º Suplemento, I Série – B.O. nº 49)

Conta nº 900/2016

Total: 400\$00 (Quatrocentos escudos)

Alteração dos Artº 3º (Objecto social) do pacto social da sociedade “JAM INTERNATIONALE – Import & Export, Sociedade Unipessoal Limitada” matriculada sob o nº 266722865/222862030208.

Artigo 3º**(Objecto social)**

Comércio por grosso de: Materiais de construção (excepto madeira e cimento), equipamentos sanitário, de cimento, de ferragens, ferramentas, de artigos para canalizações, de outras máquinas e equipamentos, ne. de outros bens de consumo, de eletrodoméstico, aparelho de rádio e de televisão, de produtos alimentares, bebidas e tabaco. Comércio a retalho de: ferragens, tintas, vidros, equipamentos sanitários, ladrilhos e similares, artigos farmacêuticos, médicos, cosméticos e de higiene, de produtos novos em estabelecimentos especializados, de eletrodomésticos, mobiliário, equipamentos de iluminação e outros artigos e equipamentos

para uso doméstico; Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco. A sociedade dedica-se a importação e exportação.

Foi depositado na pasta respetiva texto atualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel de São Vicente, aos 4 de Outubro de 2016. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região
da Segunda Classe do Porto Novo****Extracto de publicação de sociedade nº 380/2016:**

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: CÁTIA SOFIA TEIXEIRA
ANDRADE

EXTRACTO

Certifico, que nesta Conservatória e Cartório a meu cargo, foram efectuadas as seguintes alterações à matrícula da sociedade Comercial ARK IDEA ATELIER, LDA, número 228770505/2740141125, com sede na cidade do Porto Novo.

- AUMENTO DE CAPITAL, CESSÃO DE QUOTAS E ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS:

- O capital social, subscrito e realizado passa a ser de 800.000\$00 (oitocentos mil escudos)

CESSÃO DE QUOTAS: ADELSON JORGE GOMES DOS SANTOS, cede a sua quota a favor de Adérito Matias Andrade Évora

SÓCIOS E QUOTAS:

-Adérito Matias Andrade Évora, solteiro, residente na cidade do Porto Novo, NIF: 131327410: 560.000\$00 (quinhentos e sessenta mil escudos)

-Hetson Renato Fortes Flor, solteiro, residente na cidade do Porto Novo, NIF 13097472: 200.000\$00 (quinhentos e sessenta mil escudos);

- Orivaldo Delgado Ramos, solteiro, maior, residente na cidade do Porto Novo, NIF 130996637: 40.000\$00 (quarenta mil escudos)

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Porto Novo, aos 26 de Julho de 2016. – A Conservadora/Notária, *Cátia Sofia Teixeira Andrade*



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.